**Projeto de Voto de Saudação n.º 445/XIV/2.ª**

*Ao legado das Cortes Constituintes de 1821 no seu bicentenário*

No passado dia 26 de janeiro, cumpriu-se 200 anos da Sessão Inaugural das *Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes na Nação Portuguesa*, na sequência das Eleições Gerais concluídas em dezembro de 1820 que determinaram a composição daquele que foi o primeiro Parlamento Português, no qual a Assembleia da República tem as suas raízes históricas.

As Eleições Gerais de 1820 constituíram um dos momentos mais importantes da Revolução Liberal, cujas origens – a par com as movimentações liberais de 1817 e com o Sinédrio de 22 de janeiro de 1818 – podem encontrar-se na proclamação escutada no Campo de Santo Ovídio, na cidade do Porto, em 24 de agosto de 1820, onde se confia às Cortes, como órgão da Nação, a missão de preparar uma Constituição, capaz de assegurar os direitos dos Portugueses. Com efeito, e entre outros assuntos da maior relevância – como a abolição da Inquisição e de privilégios exclusivos, a amnistia aos presos por opiniões políticas ou a lei da liberdade de imprensa –, foi essa a missão primeira das Cortes Constituintes: a aprovação, dezasseis meses e 482 Sessões Plenárias depois, da nossa Constituição, no dia 23 de setembro de 1822.

Uma Constituição que veio prever os direitos e os deveres individuais e consagrar o princípio da divisão tripartida dos poderes – legislativo, executivo e judicial, rigorosamente independentes – em que assenta, ainda hoje, o nosso sistema político, dando corpo à ideia de uma assembleia parlamentar enquanto órgão de representação nacional, de que é legatária, duzentos anos depois, a Assembleia da República, representativa de todos os cidadãos portugueses e, nesse sentido, sede da soberania popular.

Duzentos anos volvidos da Sessão Inaugural das Cortes Constituintes de 1821, cumpre evocar este que foi um dos momentos fundadores do nosso regime constitucional, e a atualidade dos princípios e valores liberais e democráticos.

A Assembleia da República, reunida em Sessão Plenária, evoca a Sessão Inaugural das Cortes Constituintes de 1821 como um dos momentos fundadores do regime constitucional português, bem como o seu legado no que aos princípios e valores liberais e democráticos diz respeito.

Palácio de São Bento, 29 de janeiro de 2021

As Deputadas e os Deputados